

A. I. N° - 140779.0004/02-8
AUTUADO - CERECARNES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.
AUTUANTE - PETRONIO ALBERTO DA FONSECA
ORIGEM - INFAZ IGUATEMI
INTERNETE - 13.08.02

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0262-01/02

EMENTA: ICMS. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Parte do débito havia sido objeto de denúncia espontânea. Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração supra, lavrado em 28/06/02, exige imposto no valor de R\$ 1.439,81, por ter, o autuado, deixado de recolher o ICMS no prazo regulamentar, referente às operações escrituradas nos livros fiscais próprios, no mês de novembro/01, conforme RAICMS n° 4, fl. 4.

O autuado, às fls. 11 e 12, apresentou defesa alegando que antes da autuação, por se encontrar sem condições de liquidar suas obrigações relativas ao ICMS dos meses de outubro, novembro e dezembro/01, apresentou denuncia espontânea, conforme processo n° 600000.0911022; no entanto, ao formalizar o parcelamento indicou equivocadamente o mês de setembro/01, já recolhido em 05/11/01, e não, o mês de novembro/01.

Argumentou que a ausência do pedido de compensação deveu-se a negativa de entrega de via da denuncia espontânea, por parte de prepostos lotados na Repartição Fiscal.

Concluiu requerendo que seja exigida apenas a diferença, no valor de R\$145,89, nos termos do art. 73 e seguintes do RPAF/99.

Anexou ao processo cópia xerográfica de:

- 1 - Consulta Auto/Denuncia emitida pelo SIDAT/SEFAZ, onde se verifica a indicação do processo de denuncia espontânea, meses de: setembro, outubro e dezembro/01 (fl. 13);
- 2 – DAE de recolhimento inicial do parcelamento, em 08/04/02 (fl. 14);
- 3 – DAE de recolhimento do imposto do mês de setembro/01, em 05/11/01 (fl. 15).

O autuante, à fl. 21, informou que o defendente se mostrou pouco cuidadoso com o preenchimento dos documentos fiscais, já que confessou os erros cometidos, solicitando compensação decorrente de pagamento em duplicidade, referente ao mês de setembro/01, cujos valores são iguais aos indicados na DMA, DAE (09/01) e cópia da denuncia espontânea. Que a autuação se refere ao mês de novembro/01 e não foi recolhido sequer parcialmente, como tentou comprovar o autuado solicitando a restituição na forma do RPAF.

Mantém a autuação.

VOTO

Da análise das peças que compõem o presente processo, verifica-se que a autuação diz respeito ao imposto lançado nos livros fiscais próprios, no mês de novembro/01 e não recolhido no prazo regulamentar.

O sujeito passivo argumentou que em 08 de abril de 2002, ao solicitar parcelamento do débito em atraso relativo aos meses de outubro/01, novembro/01 e dezembro/01, mediante denúncia espontânea, indicou erroneamente como devido o imposto do mês de setembro/01, que já havia sido recolhido em 05/11/01, em vez de indicar o mês de novembro/01, por esta razão solicitou que fosse corrigido o equívoco cometido, considerando o mês efetivamente devido, no caso, o de novembro/01, e que fosse exigida na presente autuação, apenas a diferença do imposto, no valor de R\$ 145,89. Anexou ao processo comprovação dos fatos alegados.

O autuante, em sua informação, entendeu não ser a empresa cuidadosa em relação as informações prestadas ao Fisco, e que efetivamente o valor do mês de setembro/01 indicado na denúncia espontânea corresponde ao mesmo já recolhido em data anterior e ao indicado na DMA apresentada no período referido; no entanto, justifica que o imposto exigido diz respeito ao mês de novembro/01, não existindo a figura da compensação alegada pelo impugnante.

Verifico que a denúncia espontânea, documento emitido pelo SIDAT/SEFAZ (fl.13) indica o parcelamento espontâneo dos meses de setembro/01, outubro/01 e dezembro/01, sendo que, o mês de setembro/01, já foi recolhido, conforme comprovação do SIDAT, em 05/11/01.

Acato o argumento do defendente, por estar, ao meu ver, comprovado ter havido equívoco do sujeito passivo ao indicar, erroneamente, o imposto lançado no mês de setembro/01 como devido para fins de parcelamento espontâneo do débito, cujo debito já havia sido recolhido em 05/11/01, quando, na verdade, o imposto não pago diz respeito ao valor apurado no mês de novembro/01. Assim, como o valor denunciado é inferior ao efetivamente devido, deve ser exigida a diferença no valor de R\$145,89, com vencimento em 09/12/01.

Considerando o equívoco cometido pelo autuado, na indicação do mês de setembro/01, em vez do mês de novembro/01, no processo de denúncia espontânea/parcelamento de débito, represento à Repartição Fazendária do Iguatemi, com base no art. 156 do RPAF/99, solicitando que a autoridade competente mande fazer constar no livro Registro de Ocorrência do contribuinte, que o valor de R\$ 1.293,92, denunciado espontaneamente como mês de setembro/01, diz respeito à parte do imposto não recolhido no mês de novembro/01, com vencimento em 09/12/01. Devendo, inclusive, no processo da Denúncia Espontânea de nº 600000.0911022, ser anexado cópia da presente decisão.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **140779.0004/02-8**, lavrado contra **CERECARNES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 145,89**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 7 de agosto de 2002.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE-RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR